



A DESTRUIÇÃO DAS IGREJAS DO PARAÍSO E DOS MARTÍRIOS PARA A ABERTURA DA AVENIDA DANTAS BARRETO: O PATRIMÔNIO ESQUECIDO

Rosane Maria Catanho Silva

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História

Universidade Católica de Pernambuco

E-mail: rosanecatanho@hotmail.com

RESUMO

A abertura da Avenida Dantas Barreto, na década de 70, fez parte do projeto de reurbanização do centro do Recife pela gestão municipal. Para isso, foram demolidas várias ruas, residências e casas comerciais, além de monumentos históricos existentes na área. Neste trabalho procurarei demonstrar que a ideia inicial de modernidade e finalidade de tal projeto não foi alcançada, bem como que a perda cultural da cidade foi esquecida. Na pesquisa metodológica, usamos documentos do acervo da Hemeroteca Nacional, de jornais de grande circulação em Pernambuco, além de trabalhos acadêmicos nas áreas de História e Arquitetura e Urbanismo. Da mesma forma, foram encampadas visitas a Museus, Arquivo Público e FUNDAJ, e outros órgãos que engrandeceram a pesquisa nos trazendo informações atualizadas acerca do fato e suas consequências para os recifenses. Mantendo a imparcialidade em contar uma triste história, veremos que a destruição desses monumentos históricos, entre eles as Igrejas do Paraíso e dos Martírios, causou a perda de parte do patrimônio histórico-cultural da cidade, de valor inestimável.

Palavras-chave: Patrimônio; Igreja do Paraíso; Igreja dos Martírios.

INTRODUÇÃO

Ao analisarmos a reurbanização da área central da cidade do Recife, nos bairros de Santo Antonio e São José, especificamente, esclarecemos que em meados do século XIX o Conde da Boa Vista iniciou a modernização da cidade, seguindo, em segundo período, para os anos entre 1909 e 1913, com planos de saneamento para o centro da cidade, reforma no Bairro do Recife e reaparelhamento do porto. (Pontual; Pereira, 2011, p. 89)

A partir de fins do século XIX veio a melhoria nos transportes. A burguesia abandonou a área central da cidade e foi morar na periferia, a oeste da cidade, ao longo do Rio Capibaribe, valorizando desta forma aquelas áreas. Com isso, a área central da cidade deixou de ser uma área puramente comercial e passou a ser povoada por pessoas pobres e livres, incluídos aí escravos libertos e migrantes da área rural. (Plano de Preservação do Patrimônio Histórico–Cultural/ZEPH, 2020, p.21)

Tais moradias eram inadequadas pela insalubridade que apresentavam, no que, com o tempo, foram promovidas várias modificações urbanísticas visando uma nova imagem daquela região, entre elas a demolição e impedimento de construção de novos mocambos, sendo as classes pobres afastadas das áreas revitalizadas.

Com este problema resolvido, passou-se a perceber que deveria haver uma reforma também no sistema viário da região, porque já haviam muitos automóveis circulando, principalmente de carga, que necessitavam de uma via de trânsito mais rápida para escoamento de suas mercadorias. Com isso, em 1920, foram elaboradas propostas para a reforma do bairro de Santo Antonio, só efetivadas na década seguinte. (Plano de Preservação do Patrimônio Histórico–Cultural/ZEPH, 2020, p. 25)

Na década de 30, com as novas ideias de urbanismo das cidades brasileiras sob influência de ideias sanitaristas e higienizadoras apresentadas nos Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna, considerado o marco temporal para a dinâmica das transformações no centro das cidades, entre elas o Recife, foi proposta a construção de uma nova avenida para ligar os bairros do centro à zona sul, bem como à Av. Mascarenhas de Moraes, visando facilitar o fluxo de veículos de carga que iam e vinham ao centro do Recife. Da mesma forma, foi visto que havia possibilidade de valorização da área com o despertar do interesse pela especulação imobiliária no local.

“Com a Avenida Dantas Barreto concluída você poderá chegar oito minutos antes à Zona Sul. Os veículos ficarão livres das curvas da Avenida Nossa Senhora do Carmo e das rótulas para entrada no cais de Santa Rita. (...) A Avenida Dantas Barreto é uma das artérias vitais para o trânsito no centro da cidade. Por ela escoará todo trânsito no centro da Zona Sul. Com a abertura do

trecho da rua Tobias Barreto e da rua São João, outras ruas do centro da cidade também serão beneficiadas, pois o trânsito será canalizado para um objetivo comum” (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 22.06.1971).

1. Os Planos Urbanísticos

Segundo Virgínia Pontual (1999, p. 90-93), foram elaborados alguns planos urbanísticos para o bairro de Santo Antonio, entre eles os planos de Domingos Ferreira (anos de 1927 e 1931, onde previa a destruição de vielas e casarios antigos); Nestor de Figueiredo (ano de 1932, classificando os monumentos que deveriam ser rigorosamente preservados e os que só em último caso poderiam ser destruídos); Atílio Correia Lima (ano de 1936, muito criticado uma vez que apenas destacou para a área central da cidade um desvio do sistema viário a partir da Praça da Independência). Além destes, também se juntaram os pareceres e visitas técnicas de Fernando de Figueiredo (1932) e Prestes Maia (1933).

Importante observar que entre 1936 e 1945 teve início a primeira fase da atuação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), onde foi feito o tombamento dos edifícios de excepcional valor para a capital, sendo preteridas as igrejas do Paraíso e dos Martírios. (Plano de Preservação do Patrimônio Histórico–Cultural/ZEPH, 2020, p.33)

Entrelaçados neste contexto, a subcomissão de história, que fazia parte da Comissão Consultiva do Plano da Cidade, emite um relatório externando a preocupação com a conservação do patrimônio histórico e artístico da cidade.

Esta subcomissão, composta por pessoas ligadas ao Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, depois de fazer um breve histórico sobre a evolução urbana da cidade do Recife, classifica os monumentos da cidade em duas principais categorias, os que deveriam ser rigorosamente preservados e os que poderiam ser em última instância, derrubados. Nenhum dos dois grupos incluía a Igreja e o Hospital do Paraíso. (Santana; Oliveira, 2010, p. 520)

Em 1940, a construção de edifícios no entorno de monumentos tombados naquela região começou a ser questionada, pois, além de se formarem cenários destoantes, também demonstrava a falta de controle dessas obras.

Em 1943, Ulhôa Cintra, urbanista paulista, foi convidado pela Prefeitura do Recife para elaborar um plano de urbanização, tendo este apresentado o documento “Sugestões para Orientação do Estudo de um Plano Geral de Remodelação e Expansão da Cidade do

Recife” em 15 de julho do mesmo ano, onde propunha um perímetro de irradiação que exigiria a abertura e o alargamento de ruas nos bairros de Santo Antônio e Recife, principalmente a construção da Avenida Coronel Suassuna (atual Dantas Barreto), aprovado por unanimidade.

A Avenida Dantas Barreto passaria a vir em linha reta da Praça da República até a Praça do Carmo. Da Praça do Carmo continuaria até a Praça Sérgio Loreto, constituindo-se este o terceiro trecho. (Pontual; Cavalcanti, 2003, p. 3)

“Percorri demoradamente os bairros velhos e me convenci da justeza dos conselhos daquele urbanista de coração. Ao lado de chagas, sem dúvida, depararam-se-me inúmeras visões arquitetônicas isoladas e de conjunto, de uma arquitetura simples e honesta que a evolução modernista raramente consegue superar. Enfim, muito mais coisa de conservar que de destruir” (Revista Arquivos, 1943, p. 270 apud Pontual; Cavalcanti, 2003, p. 3).

No fim da década de 50, passaram a divulgar que resolver os problemas de tráfego das áreas centrais antigas da cidade demandavam um grande número de destruições, devendo serem evitadas. Conforme Reyaldo (1998, p. 298), a abertura da Avenida Dantas Barreto passou a representar um contrassenso se analisada à luz das práticas urbanísticas, uma vez que foi aberta a Avenida Agamenon Magalhães, também idealizada por Ulhôa Cintra, ligando o eixo-viário norte-sul. Ficou difícil para a gestão municipal justificar a continuidade da Dantas Barreto, sendo interrompidas as obras, conforme notificado no Diário da Noite, de 17 de novembro de 1959, intitulada “Avenida Dantas Barreto parou: pouco dinheiro e pouca utilidade.” (Picollo Loretto, 2008, p. 154)

Numa articulação conjunta da Prefeitura do Recife com o 1º Distrito da DPHAN (hoje IPHAN) em 1965, foi elaborado um Plano de Gabaritos, que consistia numa planta de zoneamento por quadras para o entorno de monumentos tombados e edificações históricas localizados entre a Praça da Independência e o Forte das Cinco Pontas nos bairros de Santo Antônio e São José, sendo o primeiro instrumento municipal de efetiva proteção patrimonial e permaneceu vigente até 1979, quando foi aprovado o Plano de Preservação de Sítios Históricos (PPSH). (Pontual; Pereira, 2011, p. 99)

O PATRIMÔNIO ESQUECIDO

Além das igrejas do Paraíso e dos Martírios, outros monumentos históricos também foram cruelmente demolidos para a abertura da Dantas Barreto, como o Quartel

do Regimento de Artilharia (1786), o Hospital de São João de Deus onde era instalada a Academia do Paraíso (berço do movimento revolucionário de 1817) e o Pátio do Paraíso. Além disso, desapareceram 400 casas e 11 ruas no bairro de São José, do período colonial, inclusive. (Pontual; Cavalcanti, 2003, p. 3)

Em 1994 foi criado o Calçadão dos Mascates, com apenas poucos módulos em funcionamento nos dias e hoje, e, em 1995, foi criado o Mercado das Flores que hoje está inativo.

A Igreja do Paraíso foi inicialmente construída no século XVII, no ano de 1686, em terreno doado pelo mestre de campo Dom João de Sousa e de sua esposa Dona Inês Barreto de Albuquerque, erigida sob a dupla invocação de Nossa Senhora do Paraíso e São João de Deus. Nasceram ali simultaneamente o chamado “Hospital do Recife,” e a “Igreja do Hospital” ou “Capela do Hospital.” (Picollo Loretto, 2008, p. 39)

A Cúria Metropolitana no início do século XX decidiu modificar a Igreja do Paraíso tendo sido esta demolida em 1911 e, em seu lugar, construído um novo templo em estilo neogótico, modesto em dimensões, mas com interior bastante requintado, sendo todo revestido de mármore e abrigando vários carneiros de tradicionais famílias pernambucanas. (Picollo Loretto, 2008, p. 44)

Não houveram ideias para sua conservação, apenas críticas à sua permanência diante do valor imobiliário agregado àquela área. Ainda tentaram justificar a atrocidade divulgando que a mesma não poderia ser considerada antiga por ter sido esta reconstruída no início do século.

Apesar de busca em diferentes fontes documentais do dia exato em que a Igreja do Paraíso e o Hospital foram destruídos, sabemos apenas que foi entre o mês de maio de 1944 e 1945.

A Igreja dos Martírios nasceu com a criação da Irmandade do Bom Senhor Jesus dos Martírios que construiria a igreja para que o seu santo protetor fosse abrigado. Essa Irmandade reafirmava a estratificação social da Colônia, ou seja, a classe dos senhores brancos e a classe dos escravos pretos. Sua construção se deu em um terreno situado no extremo da Vila de Santo Antônio do Recife, que foi doado pelo sargento-mor José Marques do Vale e por sua mulher Ana Ferreira em 27 de março de 1782. (Picollo Loretto, 2008, p. 129)

O professor José Luiz da Mota Menezes (Jornal do Commercio, 15/10/2000 apud Nascimento, 2015, p. 143) afirma que a Igreja dos Martírios representou o único exemplar inteiramente construído pelas mãos de escravizados negros no Brasil. Além disso, vale

lembrar que tendo sido iniciada a obra em 1791, numa pequena faixa de solo firme, sua conclusão durou apenas 05 (cinco) anos pela grande força de trabalho empregada.

A Irmandade desses homens pretos constituiu-se no instrumento de acesso do negro aos ofícios destinados a classes diferentes da sua, quebrando parte da rigidez da estratificada camada social e dando espaço para a manifestação da arte negra no Brasil colonial e escravagista. (Picollo Loretto, 2008, p. 131)

No terreno localizado na frente da Igreja se formava a procissão do Senhor Bom Jesus dos Martírios que, por quase 100 anos, foi a primeira a sair pelas ruas do Recife marcando o início da quaresma.

Sua fachada principal enquadrava-se estilisticamente na última fase do barroco, representada pelo rococó. A riqueza da fachada contrastava com a austeridade e a simplicidade do seu interior, de linhas singelas. (Picollo Loretto, 2008, p. 136)

Apesar de sua importância e nobreza arquitetônica, no ano de 1946, posterior ao término do Estado Novo, Pernambuco quando sofreu intervenção federal no último ano, tendo sido nomeado Pelópidas Silveira como novo Prefeito do Recife, este, em curta gestão, manteve as desapropriações e demolições para a abertura da Avenida Dantas Barreto, dando continuidade às discussões sobre o assunto.

O último mês de vida dos Martírios foi o de janeiro de 1973.

Foi completamente “aberto o coração do Recife”, que passou a ser uma cidade “desventrada” para uns, e destruída para outros. (Picollo Loretto, 2008, p. 228)

1. A Batalha dos Martírios

A Igreja dos Martírios estava condenada à própria sorte. Era o último imóvel que obstruía a futura Avenida Dantas Barreto.

Nenhuma instituição se moveu a seu favor, nem mesmo a Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Martírios. (Picollo Loretto, 2008)

Na 1ª gestão do Prefeito Augusto Lucena, de 2 de abril de 1964 até o ano de 1968, as obras para a abertura da Avenida Dantas Barreto foram retomadas, e nessa ocasião os intelectuais resolveram ir em defesa da permanência da Igreja face aos sentimentos preservacionistas aflorados na época, passando a ver a demolição como “extinção de um trecho histórico e sentimental do Recife Colonial” ou o “desaparecimento” da paisagem recifense do que ainda resta de um autêntico bairro tradicional, o de São José.

Com os ânimos da população e dos grupos de apoio à igreja acirrados, passaram a surgir protestos em favor da permanência da igreja, culminando com um abaixo-assinado levado ao Prefeito Augusto Lucena demonstrando que tal derrubada seria um atentado ao patrimônio histórico e cultural e à tradição católica do Recife.

Além disso, o valor insuficiente da indenização prometida aos moradores do bairro de São José, seria insuficiente para comprar um barraco de madeira em Santo Amaro. (Picollo Loretto, 2008)

Técnicos da Prefeitura tentaram sua transposição para outro lugar, sem local exato. O mais incrível é que tal proposta surgiu após entendimentos com as autoridades eclesiásticas. Daí, está explicado porque o prefeito Lucena foi tão ironizado nos jornais da época.

Outro plano alternativo, infrutífero porém mais viável para salvar a igreja, seria o desvio da Avenida Dantas Barreto pela Rua Dias Cardoso, elaborada pelo Escritório Técnico de Planejamento da Prefeitura do Recife, salvando também a própria Rua Augusta, como resquício do tradicional bairro de São José. (Picollo Loretto, 2008).

A finalização da Avenida Dantas Barreto ocorreu na segunda gestão do Prefeito Augusto Lucena (1971-1975), que tinha como dilema consolidar o Recife como metrópole regional e inseri-lo na dinâmica do “milagre econômico” do regime militar. (Bento, 2023). Este foi um período em que a polêmica atingiu o seu auge. Lucena deixou claro que iria concluir a abertura dessa via de qualquer jeito.

A Irmandade dos Martírios apelou para o Conselho Estadual de Cultura de Pernambuco, cujo presidente à época era o escritor Gilberto Freyre, que era a favor da derrubada da Igreja, e o processo foi arquivado.

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional então providenciou o tombamento do templo, que teve o início do seu processo realizado em 23 de junho de 1971. A partir daí, seguiram-se às contendas que deram lugar à chamada “Batalha dos Martírios”.(Nascimento, 2015, p. 147)

Nessa época, em retaliação, começaram os boatos de que a Igreja dos Martírios estaria com a estrutura física abalada e esse suposto “mau estado de conservação” colocava em risco a vida das pessoas que ali entravam, ou se colocavam em suas proximidades, levando a sociedade a passar a ver a sua preservação com receio.

A Cúria Metropolitana, na pessoa de Dom Lamartine, nada ajudou, pois, mesmo com o tombamento dos Martírios, este anunciou que iria desativar a igreja e iria suspender as missas, com o conseqüente fechamento do templo à população. Desse modo, a Igreja

dos Martírios em seus 189 anos, naquele momento, começou a decair sem volta. Apenas a manutenção do templo como patrimônio histórico dava-lhe sustentação.

Em manobra política de Augusto Lucena, tentou o destombamento da Igreja dos Martírios junto ao Ministério da Educação e Cultura, sem sucesso. Porém, tomando conhecimento do Decreto-Lei nº 25/1937, que declara que um monumento em tombamento é afeto exclusivamente ao Presidente da República, e, apenas no caso de interesse público, o Presidente poderia cancelar essa ação (Cândido; Silva, 2021), este interditou a área da igreja, colocou tapumes, retirou os operários, derrubou prédios vizinhos, levando a população à desconfiança de que tudo isso seria para provocar a desestabilização da torre ou de uma parede da mesma fazendo com que houvesse risco de desmoronamento. Também, em parceria com alguns jornalistas pagos pela Prefeitura, Lucena passou a anunciar que a interdição se devia ao suposto estado do templo.

Apesar do parecer positivo do Conselho Federal e Estadual de Cultura, dos técnicos da UNESCO, do IPHAN, dentre outras instituições, no dia 11 de abril de 1972, por meio do Decreto Presidencial nº 70389, a Igreja dos Martírios foi destombada. (Picollo Loretto, 2008)

O último mês de vida dos Martírios foi o de janeiro de 1973. Foi completamente “aberto o coração do Recife”, que passou a ser uma cidade “desventrada” para uns, e destruída para outros. (Picollo Loretto, 2008, p. 217)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O modo como as igrejas do Paraíso e dos Martírios se encontravam entrelaçadas com a vida da cidade e da população do Recife, especialmente dos bairros de Santo Antônio e São José, demonstrava na época que elas detinham grande importância no Recife até o século XIX.

Tão grande quanto o impulso reformador foi o impulso destruidor que levou consigo registros da expressão formal e social do Recife, juntamente com os arcos e com a ermida de São Telmo. De importantes artefatos para a cidade, as igrejas passaram a ser bens passíveis de destruição total.

A municipalidade e o mercado imobiliário não conseguiram parar a gestão municipal de Novaes Filho de demolir a Igreja do Paraíso em 1944, e nem Augusto Lucena em 1973 a promover a morte da Igreja dos Martírios.

Esses dois monumentos históricos de valor simbólico, além de outros já citados neste trabalho, foram destruídos sob a afirmação de que seria para melhoria da fisionomia dos bairros de São José e Santo Antonio e a ligação entre o centro e a zona sul da cidade do Recife.

A Cúria Metropolitana apoiou a gestão municipal. O Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco, IPHAN, entre outros órgãos de proteção patrimonial, também nada fizeram em favor desses templos.

O que estaria em jogo na época? Com certeza não seria a tradição da cidade. A ideia de construir uma outra igreja igual à Igreja dos Martírios com certeza deixou claro que não conheciam a história do monumento.

O Recife em 1943, de fato, passava por dificuldades financeiras e precisava aumentar a arrecadação municipal. Daí a necessidade de valorização da área do bairro de Santo Antonio, notada pela construção de edifícios que levaram à nova fisionomia local, chamativa de investidores e novos moradores. Houve melhoria nos sistemas de abastecimento d'água, coleta de lixo e esgotos, iluminação pública e transporte diante do aumento da arrecadação municipal. Mas também podemos extrair que a destruição da Igreja do Paraíso teve razão puramente financeira, valendo mais destruí-la de que mantê-la pelo aumento significativo no valor de cada lote num preço maior que os da localidade. Não foi para a abertura da Avenida Dantas Barreto.

Da mesma forma, a demolição da Igreja dos Martírios era crucial para a conclusão da abertura da Dantas Barreto, e não teve a mesma sorte que as Igrejas de São Pedro dos Clérigos e a do Pátio do Terço diante de sua deterioração causada pelas inúmeras investidas da Cúria em conjunto com a municipalidade para que esta ameaçasse a integridade da população local. Na época, inclusive, foi ventilada a declaração posta em ata da Irmandade dos Martírios de que a Arquidiocese de Olinda e Recife estaria a favor da Prefeitura do Recife por necessitar de recursos para a construção de uma igreja no Cabanga diante da necessidade de um templo naquela área. (Picollo Loretto, 2008)

O equívoco que tornou a Avenida Dantas Barreto aberta com a utilização de várias desculpas (sejam higienistas, para viabilidade entre bairros ou embelezamento da cidade), foi logo percebido por arquitetos e urbanistas da época. Não só prejudicou o comércio da região e expulsou moradores, mas criou “desertos urbanos”, segundo o arquiteto e urbanista Zeca Brandão da UFPE. (Jornal do Commercio, 27.07.2022, Caderno Cidades, página 6)

“Morre a cidade velha, para que das suas cinzas se levante o Recife novo, acompanhando o desenvolvimento do Nordeste.” (Picollo Loretto, 2008, p. 165)

REFERÊNCIAS

CINTRA, João F. de Ulhôa. **Sugestões para orientação do estudo de um plano geral de remodelação e expansão da cidade de Recife**. Recife: PMR/Diretoria de Estatística, Propaganda e Turismo, 1943.

JORNAL DO COMMERCIO. **Edificação foi o único templo do Brasil todo construído pelas mãos de escravos**, Recife, p. 04, Caderno Cidades. 15/10/2000. Disponível em http://www2.uol.com.br/jc/_2000/1510/cd1510.htm. Acessado em: 15.10.2023.

LACERDA, Ednaldo. **Recifense vê progresso correr mais rápido com a conclusão da avenida Dantas Barreto**. DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Recife, p. 11. Ed. 142. 22.06.1971).

NASCIMENTO, L. D. **Intervenções urbanas na cidade do Recife**: uma igreja no meio do caminho de uma avenida. Rio Grande: Revista Brasileira de História e Ciências Sociais, 2015, v.7, n.13, p. 138-160, Disponível em: <https://periodicos.furg.br/rbhcs/article/view/10593>. Acesso em: 15.10.2023.

PICCOLO LORETTO, Rosane. **Paraíso & Martírios**: histórias de destruição de artefatos urbanos e arquitetônicos no Recife. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2008.

PONTUAL, V. P. O urbanismo no Recife: entre idéias e representações. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, [S. l.], n. 2, p. 89, 2000. Disponível em: <https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/39>. Acessado em 15.10.2023.

PONTUAL, V.; PEREIRA, J. M. **As práticas do urbanismo modernista e da conservação urbana na cidade do Recife**: dilemas, confrontos e o Plano de Gabaritos de 1965. Campinas: Oculum Ensaios, 2011, v.13, p. 98–111. Disponível em: <https://doi.org/10.24220/2318-0919v0n13a144>. Acesso em: 15.10.2023.

PONTUAL, Virginia; CAVALCANTI, Rafaela. **“Abertura da Avenida Dantas Barreto**: a modernização do centro do Recife, 1930 – 1970”. João Pessoa: HISTÓRIA, ACONTECIMENTO E NARRATIVA. 2003

PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE. **Plano de Preservação do Patrimônio Cultural do Recife/ZEPH**, Recife, 1979-2019. Volume 01, Revisão 01, Novembro de 2020.

SANTANA, Andresa; OLIVEIRA, Nadja Carolina. **De patrimônio edificado a patrimônio silenciado**: “Modernizações” no centro urbano do Recife. Recife, 2010. IV Colóquio de História Unicap

REYNALDO A. M. D. O. **Las catedrales siguen siendo blancas.** Um estúdio sobre la politica de tratamiento del centro antiguo de Recife (Brasil). Barcelona: Tese – Universitat Politecnica de Catalunya, 1998.